

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (PL 2338/23)

REQUERIMENTO Nº , 2025

(Da Sra. Deputada Federal Luizianne Lins)

Requer a realização de seminário da Comissão Especial sobre Inteligência Artificial na cidade de Fortaleza/CE, com o objetivo de discutir a regulamentação da IA e os impactos do PL 2338/2023.

Senhora Presidenta,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art. 24, XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de seminário na cidade de Fortaleza-CE, para discutir a regulamentação da IA e os impactos do PL 2338/2023 na soberania informacional e a defesa da regulação democrática da inteligência artificial.

Os impactos da Inteligência Artificial e Algoritmos na geopolítica da informação e o papel do Brasil na disputa global por soberania digital e sua regulamentação.

Sugiro os seguintes nomes/representantes para debater neste seminário:

1. Representantes de Instituições públicas e reguladoras: CGI.br, NIC.br, Anatel, TSE, Ministério da Justiça, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
2. Representantes de Universidades e grupos de pesquisa: INCT em Disputas e Soberania Informacional (DSI), NEECCC/UFF, UFC, UNB, USP, UFABC, PUC RS;
3. Representantes de Organizações da sociedade civil: Intervenções, Coalizão Direitos na Rede, Artigo 19, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC); Associação Brasileira de Juristas Pela Democracia (ABJD), Frente IA Com Direitos Sociais, Movimento Software Livre;



4. Representantes grandes empresas de tecnologia: Meta Platforms Inc. (Facebook, Instagram, WhatsApp), Alphabet Inc. (Google), Amazon.com Inc, Microsoft Corporation, Apple Inc., International Business Machines Corporation (IBM), Nvidia Corporation, DeepSeek AI, OpenAI;
5. Representantes da Frente de Inteligência Artificial com Direitos Sociais – Ceará, iniciativa multissetorial composta por universidades públicas, entidades sindicais, coletivos estudantis, centros de pesquisa e movimentos sociais.

JUSTIFICATIVA

A presente justificativa fundamenta-se na relevância estratégica do tema e na necessidade de se descentralizar os debates. Fortaleza é hoje uma cidade importante no ecossistema digital brasileiro.

A urgência em regulamentar a inteligência artificial, particularmente diante do PL 2338/2023, exige debates abrangentes que garantam a soberania informacional do Brasil e promovam uma regulação democrática e ética. Este seminário permitirá analisar como o projeto de lei impactará a autonomia tecnológica nacional e os direitos fundamentais dos cidadãos, posicionando o país como ator relevante na governança global da IA.

A escolha de Fortaleza como sede justifica-se por sua condição de polo tecnológico do Nordeste, reconhecido por iniciativas inovadoras como o Parque Tecnológico do Ceará e a atuação da Frente de Inteligência Artificial com Direitos Sociais – entidade multissetorial que integra universidades, movimentos sociais e centros de pesquisa. A cidade oferece um ambiente fértil para incorporar perspectivas regionais ao debate, superando a tradicional concentração de discussões no eixo Sul-Sudeste e reforçando o compromisso com a inclusão digital.

O seminário contará com participação plural e qualificada, organizada em dois eixos temáticos. No bloco dedicado à geopolítica da informação e soberania digital, estarão presentes representantes de órgãos reguladores como CGI.br, Anatel e TSE, ministérios relacionados à área, além de renomadas instituições acadêmicas como a Universidade Federal do Ceará (UFC), INCT em Disputas e Soberania Informacional e Universidade de Brasília (UnB). Já o debate sobre regulação democrática reunirá organizações da sociedade civil – incluindo Intevozes, Coalizão Direitos na Rede e Artigo 19 –, empresas de tecnologia como Google, Microsoft e DeepSeek AI, além de movimentos locais como a própria Frente de IA do Ceará, assegurando equilíbrio entre inovação e proteção social.



Esta iniciativa contribuirá decisivamente para os trabalhos da Comissão, ao ampliar o escopo técnico das discussões com experiências regionais concretas, fortalecer o diálogo democrático com setores diretamente impactados pela IA e subsidiar relatórios finais com contribuições multissetoriais. Ao realizar o evento em Fortaleza, cumpre-se não apenas exigências regimentais, mas também o compromisso com uma regulação inclusiva, alinhada ao desenvolvimento tecnológico soberano e à defesa dos direitos sociais.

Sala das Comissões, em ____ de maio de 2025.

Luizianne Lins

Deputada Federal – PT/CE

